



VENEZUELA

O que será do regime venezuelano quando o petróleo não puder mais pagar a paz social? Nas eleições gerais deste ano pode estar em jogo o futuro de uma das últimas democracias da América Latina.

Carnaval em Caracas

Norman Gall

Publicado por "Argumento", nº 4, 1973

No início de sua carreira de jornalista, o romancista colombiano Gabriel Garcia Márquez, autor de *Cem anos de Solidão*, formou de Caracas a imagem de “uma cidade apocalíptica, irreal, desumana”. Como repórter da revista venezuelana *Momento*, descreveu as revoltas de cunho militar e popular que Levaram à deposição, em janeiro de 1958, do último ditador da Venezuela, o general Marcos Pérez Jimenez. Viu as lutas de rua à sombra do enorme edifício do governo na *Plaza del Silencio*, a multidão cercando a sede da polícia secreta do ditador, a *Seguridad Nacional* e, alguns meses depois, os distúrbios com que foi saudado o então vice-presidente Nixon, quando seu cortejo esgueirou-se em meio à massa hostil aglomerada defronte às pobres lojas de móveis e aparelhos domésticos da Avenida Sucre, no bairro operário de Catia. Aquela parecia ser uma época de esperança: os camponeses vinham às cidades e aí erguiam suas casas, e os políticos democráticos saíam da cadeia ou voltavam do exílio para formar novos governos; a Venezuela, diria Garcia Márquez depois, era “o país mais livre do mundo”.

Durante quase quatrocentos anos Caracas foi uma cidade de telhados vermelhos pitorescamente espremida num vale estreito. Só nas últimas décadas é que a prosperidade trazida pelo petróleo venezuelano cobriu o vale de luxuosos edifícios de apartamentos e escritórios, ligados por sinuosas avenidas que coleiam entre pontos de destaque como a Sears (a Venezuela é a filial estrangeira mais lucrativa dessa empresa), a sede da Shell da Venezuela e da Creole (Exxon) Petroleum, o velho *Nuevo Circo*, isto é, a arena de touradas que hoje em dia é usada para manifestações políticas, e os dois ginásios de esportes construídos por Pérez Jimenez, o qual recentemente retornou à política.

O dinheiro do petróleo atraiu um grande número de pessoas a Caracas; o êxodo rural experimentado pela Venezuela foi um dos mais intensos do século XX. As encostas que descem para o Vale de Caracas e os morros que o rodeiam estão cobertos de casebres (*ranchos*) de favelados, forçando as portas das ruas asfaltadas, das obras públicas e dos orçamentos governamentais. Dominando o panorama da parte oeste de Caracas estão os altos conjuntos habitacionais construídos pelo ditador, os chamados *superbloques* — 51 torres de cor pastel defrontando-se com os *ranchos*, como se fossem desbotadas edificações de um templo monumental, elevando-se sobre as ruínas de uma cidade bombardeada. Em *The Politics of the Barrios of Venezuela (A Política das Favelas da Venezuela)*, um dos melhores dos muitos estudos recentes sobre os posseiros urbanos da América Latina, Talton F. Ray enfatiza “a estreita ligação entre mudança política e urbanização”. Na América Latina, há uma geração passada, isso queria dizer invasão de terras por posseiros por ocasião de revoluções e eleições. Com o conhecimento íntimo das favelas que adquiriu trabalhando durante três anos para a organização voluntária *Acción*, Ray escreve que a deposição de Pérez Jimenez em 1958...

“... inaugurou uma fase nova e sem precedentes de desenvolvimento (da atividade de posseiros). Suspenderam-se imediatamente as proibições que pesavam sobre a ocupação de terras e muitas famílias abandonaram os *ranchos* onde se amontoavam para se apoderar o mais rápido possível de terras devolutas nos arrabaldes da cidade. Quando as famílias camponesas ainda no interior souberam das novas oportunidades, o fluxo de migração intensificou-se tremendamente(...) A tendência foi tão forte que se pode atribuir a origem de mais *barrios* hoje existentes, àqueles primeiros vinte e quatro meses seguintes à Revolução do que a qualquer outro período.” À derrubada de Pérez Jimenez em 1958 seguiram-se também anos de confusão política. Durante esse tempo a Venezuela passou por uma série de revoltas de quartel e a eclosão de um movimento de guerrilhas mais duradouro e cruento do que a insurreição cubana de Fidel Castro alguns anos antes. Foram levantes da direita e da esquerda, contra o governo reformista do presidente Rómulo Betancourt (1959-1964), o qual era acusado pelos conservadores e pelos revolucionários de se haver vendido ao imperialismo americano, principalmente às empresas estrangeiras de petróleo que funcionam na Venezuela.

Apesar dessa intensa oposição, Betancourt e seu partido, a *Acción Democrática* (AD), constituíram o primeiro governo eleito por voto popular a terminar seu mandato constitucional nos 150 anos da história republicana da Venezuela. Foi esse, a propósito, o único êxito das políticas de reforma, luta anti-insurrecional e encorajamento do investimento privado na América Latina pela administração Kennedy. Contudo, a democracia sobreviveu na Venezuela porque a maioria desejava algo melhor que a ditadura e tinha medo do caos político. A AD contava com forte apoio popular (hoje diminuído) e Betancourt lutou tenazmente pela sobrevivência, mesmo depois de sua mão ter ficado defeituosa devido à explosão de uma bomba quando de uma tentativa de assassinato organizada pelo ditador dominicano Rafael Trujillo.

Na década de 60, a AD sofreu três cisões de vulto que custaram ao partido a perda da maioria do eleitorado. Mesmo assim, agora que o Partido Social-Cristão (COPEI) do presidente Rafael Caldera está no poder, é difícil saber em que sua política social e suas ligações com as grandes empresas distinguem-se da AD. As possibilidades de sobrevivência da democracia na Venezuela serão testadas em dezembro deste ano, nas eleições para a Presidência e o Congresso.

O sistema político democrático funcionou na Venezuela? Daniel H. Levine enfatiza as notáveis conquistas do período pós- 1958 em seu estudo *Conflict and Political Change in Venezuela (Conflito e Mudança Política na Venezuela)*:

“Com apenas três anos de governo civil na primeira metade deste século (a Venezuela) construiu, desde 1958, uma das poucas ordens políticas democráticas competitivas operantes da América Latina. Assolada por conflitos, violência civil e guerrilha sistemática desde o início da década de 60, conduziu mesmo assim três transferências pacíficas de poder recentemente (1958, 1963 e 1968). Foram as primeiras transferências consecutivas de poder produzidas por escrutínio popular da história moderna do país, e as eleições de 1968 (que o COPEI venceu por pequena margem) marcaram a primeira ocasião em que o poder foi passado a um partido de oposição”.

O livro de Levine descreve bem as amargas lutas das décadas de 40 e de 60 em torno da questão da educação católica vs. secular, e mostra como o movimento estudantil revolucionário da Universidade Central de Caracas desintegrou-se enquanto tentava promover insurreições guerrilheiras na década de 60. Levine argumenta que os venezuelanos eram tão divididos entre si, e seus partidos políticos tão fracos, que “se faziam necessários apelos extremos para atingir e ativar os que normalmente não faziam parte de organizações”. Isso ajuda a explicar por que a batalha entre sectários católicos e anticlericais sobre o controle estatal da educação escapou ao controle e levou à derrocada do primeiro governo da AD (1945-1948), por força do golpe militar que instaurou a ditadura de Pérez Jimenez. Contudo, depois da queda do ditador em 1958, os dois partidos principais, a AD e o COPEI, conseguiram acertar a questão entre a Igreja e o Estado sossegadamente, através de

negociações particulares. Levine acredita que o crescimento da AD e do COPEI tem implicado numa tendência ao esfriamento da política venezuelana, através do isolamento dos extremistas e da criação de meios através dos quais o povo pode tomar parte na vida política.

É possível, entretanto, que ele exagere e subestime as fraquezas subjacentes à sociedade venezuelana. Não leva em consideração o sentimento de desilusão hoje espalhado pela Venezuela com relação à atuação recente dos partidos democráticos e ao esbanjamento em escala monumental dos ganhos do Estado com o petróleo. A indicação mais clara dessa desilusão é o extraordinário retorno político do próprio Pérez Jimenez. Libertado em agosto de 1968, depois de cinco anos de prisão por apropriação de dinheiros públicos, o gordo e calvo ex-ditador, de Madri, candidatou-se a uma vaga no Senado quatro meses depois, sem fazer campanha eleitoral e sem gastar dinheiro. Para surpresa geral, venceu em quinze das dezesseis zonas eleitorais de Caracas, sendo sua votação mais maciça nos mesmos distritos de onde o povo havia saído às ruas dez anos antes para apeá-lo do poder.

Apesar de seus muitos fracassos, Pérez Jimenez afinal de contas presidiu ao estonteante *boom* econômico que se iniciou perto do fim da longa ditadura de Juan Vicente Gomes (1908-1935), e que se expandiu fortemente depois que o próprio Pérez Jimenez tomou o poder mediante um golpe militar. De acordo com o falecido sociólogo chileno Jorge Ahumada, “O produto interno bruto aumentou em 8% ao ano entre 1936 e 1958. (...) Nunca houve experiência semelhante na história do mundo ocidental”.

Ademais, no governo de Pérez Jimenez a produção de petróleo dobrou entre 1950 e 1958, enquanto que o consumo pessoal subiu ainda mais. Entre 1948 e 1957 a indústria de petróleo pagou sete milhões de dólares em impostos ao governo, quantia essa “maior que todo o total anterior da renda pública auferida desde a colonização do país pela Espanha”. De todas as partes do mundo choveu dinheiro para investimentos especulativos na Venezuela, principalmente para abundantes obras públicas e construções civis. Mas essa inundação de petróleo e dinheiro especulativo também intensificou o já grande contraste entre a prosperidade das cidades e a decadência do campo. A proporção de população nas cidades cresceu de 35% em 1936 para 78% no censo de 1971, enquanto que a população como um todo triplicou no mesmo período.

Ao contrário de Perón na Argentina, Pérez Jimenez pouco fez para conseguir uma distribuição de renda mais justa. Em sua Carta Pastoral de 1º de maio de 1957, que ajudou a preparar as condições para a derrubada do ditador, o arcebispo de Caracas acusava: “Nosso país está ficando rico com impressionante rapidez... Contudo, ninguém pode dizer que essa riqueza esteja sendo distribuída de forma a beneficiar todos os venezuelanos, uma vez que a grande massa do povo vive em condições sub-humanas”.

Muitos venezuelanos hoje parecem saudosos daquilo que recordam como a fácil prosperidade e a calma relativa da ditadura de Pérez Jimenez, em comparação com a confusão política e social dos últimos anos. Tendem a esquecer-se do desperdício, da corrupção e da brutalidade policial de seu governo: “Por certo ele roubou. Mas fez”. A eleição de Jimenez para o Senado foi anulada com base numa filigrana jurídica e a constituição do país acabou de ser emendada às pressas para impedi-lo de concorrer às eleições presidenciais de 1973. Enquanto que cinco dos catorze candidatos à Presidência nas próximas eleições afirmam representar as posições do ex-ditador, o próprio Pérez Jimenez deixa em suspenso as suas preferências. “Muitos pré-candidatos vieram conversar comigo”, disse ele há alguns meses, “mas não posso dizer aos venezuelanos ‘votem neste ou naquele’, porque isso seria um insulto ao nosso povo”.

A sobrevivência da democracia venezuelana ainda permanece em dúvida devido à diminuição do apoio popular gozado pelos principais partidos. Ambos agora disputam entre si o apoio das grandes firmas familiares e conglomerados econômicos, que têm exercido pressão política por trás dos bastidores, visando acumular enormes fortunas que, direta ou indiretamente, se baseiam no petróleo. Por conseguinte, os dois candidatos mais fortes à

Presidência este ano são pessoas de posições conservadoras: o homem da AD é Carlos André Pérez que, como ministro do Interior de Betancourt, foi o responsável pelo esmagamento das guerrilhas no início da década de 60, enquanto que o candidato do COPEI é Lorenzo Fernandes, que também foi ministro do Interior, mas do presidente Caldera. Trata-se de um católico convencional, advogado, pai de onze filhos, que propugnou um programa “pacifcatório” de anistia para os guerrilheiros derrotados, o que ajudou a acalmar o país depois da turbulência dos anos 60.

Nenhum dos dois candidatos tem boa imagem popular e ambos dependem ao extremo de suas organizações partidárias e de elevados orçamentos de televisão e outras formas de propaganda para conseguir votos. Viajam por todo o país fazendo as promessas costumeiras de habitação para os favelados e empréstimos, por ocasião da safra, para os camponeses, sem dar qualquer sinal de que a Venezuela se defronta com enormes dificuldades; que, por exemplo, calcula-se que dentro dos próximos dez anos a população aumente em 50%, enquanto que a produção de petróleo — atualmente a fonte de 9/10 dos ganhos da Venezuela com comércio exterior e 2/3 da renda governamental — poderá diminuir em mais de 1/3.

Infelizmente, a maior parte do que se tem escrito em nível acadêmico sobre a Venezuela tem sido muito acrítico com relação a Betancourt e à *Acción Democrática*, de forma que no exterior pouco se sabe dos problemas atuais do país. Ainda está por fazer um estudo sobre as razões mais profundas que levaram a Venezuela a esbanjar o que ganhou com o petróleo nos dois últimos decênios, bem como por que a política democrática não trouxe a diversificação da economia, de modo que pudesse tornar-se mais independente do petróleo. Em um dos muitos livros recentemente publicados e que tecem loas à AD, por exemplo, John Duncan Powell afirma que o partido manteve seu poder através de “um programa organizado de benefícios concedidos aos eleitores das zonas rurais”. Mas Powell limita seu estudo em grande parte aos *apparatchik* da Federação Camponesa Venezuelana, que é uma organização controlada pela AD, deixando de lado o fato de que os “benefícios concedidos aos eleitores das zonas rurais” foram na verdade modestos. De acordo com um relatório do governo, 2/5 das 162 mil glebas intencionalmente distribuídas entre os “beneficiários” da reforma agrária venezuelana foram abandonadas. Considerando as 95 mil glebas ainda ocupadas, vemos que 80% dos camponeses não receberam títulos de propriedade ou então ocupam ilegalmente como posseiros terras doadas a outras pessoas. “Isso representa um processo regressivo”, diz o relatório, “..... uma vez que em muitos casos isso significa que uma única pessoa pôde apoderar-se de muitas glebas anteriormente destinadas a vários camponeses, que por sua vez se mudaram para os cinturões de miséria que circundam as cidades, ou retornaram à sua vida anterior de *conuaueros* (agricultores nômades praticantes de coivaras) nas montanhas. O que é ainda pior é que muitos deles ficaram nas glebas trabalhando como peões para as empresas agrícolas particulares, que se organizaram nas terras que os peões haviam recebido conforme a reforma agrária e que, legalmente, ainda lhes pertencem”.

A maior parte dos 2 bilhões de dólares gastos com a reforma agrária venezuelana se destinou à expropriação de latifúndios a preços aumentados em benefício dos proprietários anteriores, o que leva outro especialista a concluir que os latifundiários lucraram mais que os camponeses. Numa série de artigos publicados no jornal *EL Nacional*, de Caracas, sob o título “A Colheita do Fracasso”, o principal jornalista-pesquisador do país, Germán Carías, revelou que “foram gastos 125 milhões de dólares para a construção de uma grande represa e canais de irrigação, descritas pela propaganda do governo como o ‘maior sistema de irrigação da América Latina...’. Atualmente a maior parte dos canais está entupido, os camponeses estão perdendo suas colheitas e, paradoxalmente, o gado está morrendo no verão por falta d’água. Dezenas de funcionários do governo cuidam da represa, mas hoje em dia ela só é usada por esportistas que, aos domingos, chegam lá vindos de Caracas ou de Valencia e a usam para praticar esqui aquático”.

Essas histórias escabrosas criaram um vácuo político do qual dois novos movimentos políticos emergiram. Um é a ressurreição política de Pérez Jimenez. O outro surgiu dos remanescentes da fracassada insurreição guerrilheira da década de 60 e da cisão do PCV (Partido Comunista Venezuelano) em dezembro de 1970. Os jovens líderes do PCV, que

ajudaram a organizar o levante popular de 1958 que levou à queda de Pérez Jimenez e em seguida iniciaram o movimento guerrilheiro, são aquilo que a América Latina produziu de mais aproximado a um grupo coerente de revolucionários profissionais no sentido clássico. Depois dos últimos anos da década de 60, quando o movimento guerrilheiro foi derrotado, esse grupo rebelou-se contra as lideranças comunistas mais velhas e, após uma acirrada luta intrapartidária, formou um partido marxista-leninista próprio, o MAS (*Movimento al Socialismo*). Um dos documentos importantes do debate interno do partido a respeito de renovação vs. ortodoxia, que no fim causou a cisão do PCV, foi um livro de poucas páginas sobre a invasão da Tchecoslováquia, escrito por um ex-líder guerrilheiro chamado Teodoro Petkoff, a quem o *Pravda* denunciou um pouco antes da cisão do PCV, e depois Leonid Brezhnev, em seu discurso ao 34º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, acusou de “tendências nacionalistas (de) caráter anti-soviético”.

Em seu *Isocialismo para Venezuela?* (1970), que publicou poucos meses antes de sair do PCV para formar o MAS, Petkoff rompeu com a linha tradicional de guerra-fria do PCV, argumentando que “a luta anti-imperialista na Venezuela não consistia em declarar guerra aos Estados Unidos mas numa confrontação bem real com nosso próprio capitalismo dependente e sua força política”. O lançamento do MAS constituiu um acontecimento dramático e espera-se que o novo partido faça boa figura nas eleições de dezembro. Em sua fase de maior sucesso no início da década de 60, os guerrilheiros venezuelanos recorreram a façanhas sensacionais como o rapto de um astro do futebol espanhol, o seqüestro do navio *Anzoátegui* e o roubo, com a subsequente devolução voluntária, de todo o acervo de uma exposição de quadros de pintores impressionistas franceses. O MAS tem recorrido ultimamente a táticas semelhantes para assustar e ridicularizar a plutocracia venezuelana.

Os ataques do MAS aos ricos — alardeados por posters chamativos e acompanhados pela distribuição de milhares de notas falsas, onde aparece o retrato de magnatas e a legenda “este dinheiro é falso; o de verdade é ele quem tem” — atraem hoje muito mais apoio do que se poderia prever há alguns anos. Quando Garcia Márquez voltou a Caracas no ano passado para receber o Prêmio Rómulo Gallegos por seu romance *Cem Anos de Solidão*, doou os 23 mil dólares do prêmio ao MAS. Trata-se, disse ele:

“...de um partido jovem, que tem imaginação e grande clareza doutrinária, com uma política própria baseada na realidade nacional, com um estupendo espírito de sacrifício pessoal e uma determinação revolucionária que não pode falhar. Ao mesmo tempo, e isto é novo e formidável, os ativistas desse partido sabem que a seriedade revolucionária não é incompatível com as danças modernas, com filmes de *cowboy* e com o senso de humor. Eles não têm vergonha de amar. Eu me identifico com seus propósitos. Sou amigo pessoal de muitos de seus líderes e estou convencido de que farão a revolução na Venezuela”.

Petkoff é um organizador político e orador franco e esforçado. Foi um dos líderes da insurreição de 1958 contra Pérez Jimenez e escapou da prisão de modo dramático, por duas vezes, quando participava do movimento guerrilheiro na década de 60. Nos últimos anos tem passado grande parte do tempo viajando de cidade em cidade em companhia de outros líderes do MAS, como Pompeyo e German Lairer, estimulando a oposição aos dois principais partidos. Mas sua influência se deve igualmente a seus dois livros *Checoslovaquia: El Socialismo como Problema* (1969), e *Isocialismo para Venezuela?* que não só contribuíram para a cisão do PCV como também trataram de definir a condição do revolucionário profissional na América Latina depois que as guerrilhas falharam.

Embora boa parte dos escritos de Petkoff se veja prejudicada por clichês que refletem o isolamento de um homem que passou quase toda sua vida de adulto escondido ou preso por atividades subversivas, ainda assim ele foi capaz de redefinir alguns problemas de um movimento revolucionário dentro daquilo que chama de “subdesenvolvimento de luxo” da sociedade venezuelana. Observa, e com razão, que “o violento processo de urbanização” é “peculiar ao capitalismo em geral”. Todos os Estados socialistas fortalecidos, de partido único, proibem as migrações descontroladas do campo para a cidade, evitando assim os

problemas políticos e econômicos gerados por sub-habitação como os *ranchos* venezuelanos...

De fato, a maior falha dos escritos teóricos do marxismo-leninismo sobre a sociedade latino-americana é deixar de lado os favelados, que formam um terço da população da maior parte das cidades latino-americanas... e cujo potencial, em termos de insurreição, ficou bem claro quando da revolução de 1965 na República Dominicana. A teoria marxista tradicional tem ignorado esse fenômeno porque não havia equivalente na Europa do século XIX; lá o êxodo rural se deu a um ritmo mais lento e havia mais empregos na indústria para absorver os migrantes.

Como os favelados podem ser mobilizados? Ao tratar desse problema, Petkoff e seus companheiros do MAS procuram uma conciliação da velha contradição entre populismo e antipopulismo que dividiu Bakunin e Marx. É com amargura que Petkoff rememora os esforços do PCV, em janeiro de 1958, para organizar um levante popular contra a ditadura de Pérez Jimenez, "... quando nossa agitação em alguns dos centros operários mais importantes da capital... foi recebida com irritante indiferença. A greve geral de 21 de janeiro deu resultado, afinal, mas muitos entre nós tendam pelo resultado, caso os empregadores não fechassem suas fábricas, lojas e bancos, contribuindo desse modo com os trabalhadores em greve”.

Em contraste com o “conservadorismo” e passividade da classe trabalhadora venezuelana, diz ele: “. . as massas marginais são um barril de pólvora, uma carga de dinamite social apenas à espera de um detonador —e liderança”. A classe trabalhadora e o sub-proletariado marginal “...moram nos mesmos *barrios*, vêm igualmente do campo e compartilham a mesma consciência de pobreza, de serem deserdados. . . Há uma necessidade urgente de liderança, de organização e de orientação, uma vez que o barril de pólvora das massas marginais pode explodir em direção completamente oposta aos interesses da revolução. A própria instabilidade dessa massa faz com que seja sensível à ação de qualquer demagogo, ou àquela versão muito especial de demagogia latino-americana: a dos ditadores militares — e ex-ditadores (isto é, Pérez Jimenez). Se não ocorrer uma mudança revolucionária, o futuro trará um colapso econômico e uma deterioração catastrófica das condições de vida das massas populares”.

Infelizmente, existe uma grande diferença entre explosão social e revolução social e, por enquanto, o problema da organização dos pobres flutuantes continua sem solução. Mas Petkoff tem razão ao dizer que a explosão populacional e o êxodo rural criaram problemas sociais insolúveis, ao mesmo tempo em que a produção de petróleo principiou a decair. Os políticos venezuelanos estão começando a se preocupar com o tempo em que o petróleo não dará mais o dinheiro suficiente para comprar a estabilidade política. Durante quase quarenta anos eles têm falado em “semear o petróleo” para diversificar a economia de modo que não dependa mais em tão grande medida da indústria petrolífera. Os vários governos venezuelanos dos últimos vinte anos gastaram mais ou menos 20 bilhões de dólares, principalmente em investimentos como estradas, educação, usinas hidrelétricas, siderurgia, petroquímica e o desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim esses investimentos têm sido tão ineficientes que o país tornou-se mais dependente ainda do petróleo.

Em seu apaixonado tratado *Petroleo y Dependencia*, o Dr. Juan Pablo Pérez Alfonso, que foi o principal criador da OPEC (Organização de Países Exportadores de Petróleo) e por duas vezes ministro de Minas da Venezuela, denuncia o esbanjamento dos lucros que o país consumiu com o petróleo, que continuou tanto na ditadura de Pérez Jimenez nos anos 50, como nos regimes democráticos das décadas de 60 e 70.

“O contínuo aumento do lucro fácil com petróleo criou uma sociedade limitada de intenso consumo, composta dos privilegiados que se aproveitam dessa transitória riqueza do petróleo, que foi artificialmente sobreposta às massas marginais da população venezuelana.”

Em suma, é nessa situação que a Venezuela se defronta com as críticas eleições de dezembro de 1973. Os dois grandes partidos, a AD e o COPEI, estão tentando deter o declínio de sua popularidade, ao mesmo tempo em que se vêm ameaçados pelo ressurgimento de Pérez Jiménez e pela ascensão do MAS. Simultaneamente, como as atuais concessões às companhias estrangeiras de petróleo têm seu prazo de encerramento marcado para aproximadamente mais dez anos, o novo governo a ser escolhido nas eleições de dezembro estará cada vez mais preso à geopolítica do petróleo.

Poder-se-ia pensar que a política petrolífera fosse um ponto importante na atual campanha eleitoral. Se bem que a produção de petróleo cru será diminuída, é possível que a elevação dos preços no mercado mundial mantenha o nível de renda *per capita* derivada do petróleo durante os próximos dez anos, mesmo quando se leva em consideração o aumento populacional. Mas a Venezuela, um dos países organizadores do cartel da OPEC, que tem elevado o preço do petróleo, irá defrontar-se com alternativas angustiantes depois da eleição. Os déficits de seu orçamento já são bastante grandes. Se o próximo governo, da mesma forma que o último, continuar gastando cada vez mais para permanecer no poder, terá que aumentar as reservas de petróleo em regiões ainda subdesenvolvidas do país e isso irá custar muito dinheiro.

A queda de Allende no Chile provocou um forte impacto na política partidária da Venezuela, onde se tenta preservar uma das poucas democracias constitucionais restantes da América Latina. Tem havido boatos recentes sobre conspirações militares visando a tomada do poder. No início de outubro o presidente Caldera fez uma advertência dirigida “àqueles que tentam incitar, instigar ou provocar uma rejeição dos resultados da eleição”. Mas a campanha tem se arrastado por tanto tempo — quase dois anos — e em seu decorrer foram ventilados tão poucos assuntos sérios, que os políticos estão tendo dificuldade em manter o interesse pelas eleições.

Por trás, dos bastidores estão ocorrendo conflitos entre os que querem uma nacionalização mais rápida do petróleo; os que querem negociar com as companhias petrolíferas para financiar a exploração de mais reservas; e aqueles que querem ignorar o problema das reservas e continuar a velha política de limitação da produção e aumento de preços. Em face da experiência desastrosa de alguns outros países latino-americanos, agora Petkoff e o MAS duvidam que a nacionalização seja de fato uma medida revolucionária. Temem que a diminuição das rendas advindas do petróleo venha a enfraquecer qualquer regime revolucionário. Mas os principais partidos concordaram em não debater o petróleo nesta eleição, uma falha que reflete o vazio de toda a campanha. A sobrevivência dessa pródiga democracia não pode ser considerada como um fato natural, enquanto o carnaval continua, e seus líderes não conseguem apoio popular convincente.

[Home](#) | [Biography](#) | [Publications](#) | [Publication List](#) | [Contact](#)
ngall@braudel.org.br